



**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO 63/2008

O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**, mediante a utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, por intermédio de um dos Pregoeiros designados pela Portaria 027/2008, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local abaixo indicados, em obediência ao disposto nas Leis 8.666/93, de 21/06/93 e 10.520 de 17.07.2002, Estatuto da Micro e Pequena Empresa LC 123/06, regulamentada pelo Decreto 6.204/07 e 5.450/2005, no Acordo de Cooperação Técnica nº 04CN001 para utilização de sistema informatizado de licitações, firmado com o Banco do Brasil S/A, publicado no DOU, Seção III, em 06/02/04, subsidiariamente às Leis 8.078/90 e 9.784/99 e suas alterações e demais legislações complementares, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, destinada aos serviços de que trata o presente Edital.

**PREGÃO ELETRÔNICO 063/2008.**

**PROCESSO TRT/DSMP/PP-18/2008MODIFICADA – SUP- 26990/08**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFERÊNCIA DE MATERIAIS PERMANENTES E IDENTIFICAÇÃO ATRAVÉS DE PLAQUETAS DE CÓDIGO DE BARRAS, CONFORME ESPECIFICAÇÃO E DEMAIS CONDIÇÕES CONTIDAS NESTE EDITAL.

**TIPO:** MENOR PREÇO - GLOBAL

**REGIME DE EXECUÇÃO:** INDIRETA

**LIMITE PARA APRESENTAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO OU RETIRADA DA PROPOSTA E ABERTURA DAS PROPOSTAS NO MEIO ELETRÔNICO**

**16 DE DEZEMBRO DE 2.008**

**13 HORAS**

**DATA E HORÁRIO PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DE LANCES**

**16 DE DEZEMBRO DE 2.008**

**14 HORAS**

**OBTENÇÃO DO EDITAL**

**TRT** DISPONÍVEL PARA LEITURA, OU PARA CÓPIA, NA RUA CURITIBA, 835, 7º ANDAR, BELO HORIZONTE/MG, DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, DE 10 ÀS 18 HORAS.

**Internet** EDITAL, NA ÍNTEGRA, DISPONIBILIZADO NO SITE: [www.trt3.jus.br](http://www.trt3.jus.br) (informe-se/licitações) e/ou [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

**ESTE INSTRUMENTO CONTÉM:**

**Edital com 23 páginas (incluindo os anexos I a III) e minuta contratual**

O Pregoeiro informa que os pedidos de esclarecimentos referentes a este procedimento licitatório deverão ser encaminhados exclusivamente por meio eletrônico, para o endereço eletrônico: [dsmp@trt3.jus.br](mailto:dsmp@trt3.jus.br), conforme o art. 19 do Decreto 5.450/05.



## JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 63/2008

### **1 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 - O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante a utilização de recursos de criptografia e autenticação, que assegurem condições de segurança em todas as suas fases.

1.2 - Os trabalhos serão conduzidos por servidor deste Regional, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo licitacoes-e, constante da página eletrônica [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

1.3 - Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

### **2 – OBJETO**

2.1 – Contratação de empresa para a prestação de serviços de conferência de materiais permanentes e identificação através de plaquetas de código de barras das Unidades do Tribunal Regional do Trabalho no Estado de Minas Gerais, conforme termo de referência – Anexo III.

### **3 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

3.1 – A despesa resultante desta licitação correrá à conta de dotações orçamentárias próprias deste Tribunal, mediante verba PTRES 000571-339039.

### **4 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

4.1 - Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos, inclusive quanto à documentação de habilitação.

4.1.1 – Como requisito para participação neste Pregão o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas no art. 28, do Decreto 5.450/05 e na legislação pertinente.

4.2 - Caso exista algum fato que impeça a participação de qualquer interessado, ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, este fica impedido de participar da presente licitação, correspondendo a simples digitação da proposta a indicação, por parte do proponente, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo assim o pregoeiro do disposto no art. 97 da Lei 8.666/93, aplicada subsidiariamente.

4.3 – Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

- a) Em processo de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.
- b) Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidas com suspensão do direito de licitar e contratar pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.
- c) Que estejam reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.
- d) Estrangeiras que não funcionem no País.
- e) Que possuam, em seu quadro de pessoal, empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou com menos de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos (inciso XXXIII, art. 7º da CF).



## JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 63/2008

### **5 - REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME**

5.1 - O Certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- Coordenar o processo licitatório;
- Receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração;
- Conduzir a sessão pública na Internet;
- Verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;
- Dirigir a etapa de lances;
- Verificar e julgar as condições de habilitação;
- Receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quanto mantiver sua decisão;
- Indicar o vencedor do certame;
- Adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- Conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e
- Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

5.2 – A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

5.3 – Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico até o encerramento, com a adjudicação do objeto e homologação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro.

### **6 - CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO "licitacoes-e"**

Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto às Agências do Banco do Brasil S/A., sediadas no País, nos termos e condições abaixo estabelecidos:

6.1 - O interessado deverá acessar o site <http://www.licitacoes-e.com.br>, clicar na opção "Solicitação de Credenciamento no licitações", preencher os formulários constantes do mesmo, imprimir o "Termo de Adesão ao Regulamento" e o "Termo de Nomeação do Representante", que, após assinados, deverão ser entregues em qualquer agência do Banco do Brasil S/A.

6.2 – Os interessados em participar deste Pregão poderão credenciar representante(s), mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo-lhes poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema "licitacoes-e", no prazo mínimo de três dias úteis antes da data de realização do pregão.

6.3 – Sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

6.4 - A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado, ou por iniciativa do Banco do Brasil S.A, devidamente justificada.

6.5 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região ou ao Banco do Brasil S/A responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.



## JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 63/2008

6.6 - O credenciamento da empresa e de seu representante legal, junto ao sistema eletrônico, implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

6.7 – As dúvidas dos interessados, quanto ao credenciamento, deverão ser sanadas através do telefone 3003-0500 para atender os municípios localizados nas capitais e regiões metropolitanas, e para as demais localidades o serviço será prestado por meio do número 0800-7290500.

### **7 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO**

7.1 Para atendimento às determinações contidas no Capítulo V da Lei Complementar 123/06 e no Art. 34 da Lei 11.488/2007, os representantes deverão identificar, no sistema eletrônico e em tela própria, o tipo do segmento da empresa que representam (micro-empresa, empresa de pequeno porte, cooperativa ou outras empresas).

7.2 – As propostas deverão ser formuladas e encaminhadas exclusivamente por meio eletrônico, no sítio “licitacoes-e”. Deverá ser informado somente o valor global para prestação dos serviços. Os valores deverão estar expressos em reais e com duas casas decimais, incluindo todos os impostos, taxas, fretes, diárias, hospedagem, plaquetas de identificação e demais encargos. Os lances deverão ser feitos pelo valor global.

7.3. – É de inteira responsabilidade dos licitantes o conhecimento dos serviços cotados e a observação às especificações, de forma a serem atendidas integralmente.

7.4 – Serão desclassificadas as propostas que contenham cotação de objeto diverso do requerido nesta licitação, sejam omissas ou que apresentem irregularidades e defeitos capazes de dificultar o julgamento.

7.5 - A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.6 - Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

7.7 – Somente o licitante vencedor deverá encaminhar proposta comercial, pormenorizada conforme descrito nos subitens 10.2.2, letra “c” ou 10.3.2, letra “a”.

7.8 – A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias consecutivos, contados a partir da data prevista para abertura das mesmas.

### **8 – DA ABERTURA**

8.1 - A partir do horário previsto no sistema, terá início à sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas e em perfeita consonância com as especificações e condições de fornecimento exigidas.

8.2 - Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico. O Sistema comunicará, imediatamente, aos licitantes, o recebimento, horário de registro e valor do lance.

8.3 - O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

8.4 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.5 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.



## JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 63/2008

8.6 – A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.7 – Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

8.8 - No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízos dos atos realizados.

8.9 - Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço utilizado para divulgação.

### **9 – DA HABILITAÇÃO**

9.1 – Para habilitar-se na presente licitação, o interessado deverá apresentar toda a documentação comprobatória da necessária qualificação no que se refere à:

- a) habilitação jurídica;
- b) regularidade fiscal;
- c) qualificação econômica e financeira;
- d) qualificação técnica;
- e) cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, conforme Anexo I;

9.2 – Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos referentes à qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal, **desde que estejam em situação regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.**

9.3 - As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, devendo providenciar a regularização, se vencedora, conforme subitem 11.7, deste Edital.

9.4 - As empresas interessadas, que não estiverem cadastradas no SICAF, poderão realizar o seu cadastramento em Unidades Cadastradoras dos órgãos ou entidades da Presidência da República, dos Ministérios, das Autarquias e das Fundações que participam do Sistema Integrado de Serviços Gerais - SISG, localizados nas Unidades da Federação.

9.4.1 - A relação dos documentos e os procedimentos necessários para cadastro no SICAF, estão disponíveis no endereço eletrônico <http://www.comprasnet.gov.br>. > **Publicações > Manuais > Manual de Cadastramento de Fornecedores - SICAF**

9.5 – A **habilitação jurídica** será comprovada, mediante a apresentação da seguinte documentação:

- a) Registro comercial, em se tratando de empresa individual.
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores, nos quais deverão estar contemplados, dentre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto desta licitação.



## JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 63/2008

- c) Inscrição do ato constitutivo no órgão competente, em se tratando de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

**Observação:** Para todos os efeitos, considera-se como ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, o documento de constituição da empresa, acompanhado da(s) última(s) alteração(ões) referente(s) à natureza da atividade comercial e à administração da empresa, ou a última alteração consolidada.

9.6 – A **regularidade fiscal** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- Prova de regularidade para com as fazendas Federal (Receita Federal e Dívida Ativa), Estadual (ou Distrito Federal) e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- Prova de inexistência de débito perante a Previdência Social, nos termos da Ordem de Serviço nº 207, de 08.04.99, da Diretoria de Arrecadação e Fiscalização do INSS, DOU de 15.04.99.
- Certificado de Regularidade de Situação perante o FGTS, conforme determina o artigo 27, letra "a", Lei 8.036, de 11/05/90.

9.7 – A **qualificação técnica** será comprovada mediante a apresentação de atestado (s) de capacidade técnica e de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e **compatível com o objeto desta licitação**, emitido (s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

9.8 – A **qualificação econômico-financeira** será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:

- Certidão negativa de falência e concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.
- Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, com a comprovação dos seguintes índices:
  - *Índice de Liquidez Geral* (LG) maior que 1;
  - *Solvência Geral* (SG) maior que 1;
  - *Índice de Liquidez Corrente* (LC) maior que 1, calculados pelas seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

$$SG = \frac{AT}{PC + ELP}$$

$$LC = \frac{AC}{PC}$$

**AC** = ATIVO CIRCULANTE

**PC** = PASSIVO CIRCULANTE

**AT** = ATIVO TOTAL

**ELP** = EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

**RLP** = REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

9.8.1 - As empresas em funcionamento há menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência relativa à qualificação econômico-financeira, mediante a apresentação do *Balanço de Abertura*.

9.8.2 - Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:



## JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 63/2008

- a) publicados em Diário Oficial ou;
- b) publicados em jornal de grande circulação ou;
- c) registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou;
- d) por cópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, na forma do art. 6º, da IN nº 65 do Departamento Nacional do Registro do Comércio – DNRC, de 11 de agosto de 1997, acompanhada, obrigatoriamente, dos termos de abertura e de encerramento. Quando for apresentado o original do Diário, para apreciação pelo Pregoeiro e a Equipe de Apoio, fica dispensada a inclusão, na documentação, dos seus respectivos Termos de Abertura e de Encerramento.

9.8.3 - Comprovação de capital social ou patrimônio líquido de, no mínimo, o valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação - **exigida somente no caso de a licitante apresentar resultado igual ou inferior a 1 (um) nos índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral.**

9.9 - Os documentos exigidos neste edital deverão estar válidos no momento em que forem solicitados pelo Pregoeiro (imediatamente após a realização da sessão de lances ou a qualquer momento durante toda a realização do Pregão).

9.10 - Os documentos emitidos por meio eletrônico – internet estão condicionados à verificação de sua autenticidade e validade na internet, prevista, ainda, a emissão dos documentos, via internet, pela equipe de apoio.

9.11 - Os demais documentos exigidos neste edital deverão ser entregues no original ou em cópia autenticada.

9.12 - Será fixada em 90 (noventa) dias, a partir de sua expedição, a validade dos documentos públicos que não trouxerem esta informação evidenciada.

9.13 - Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento”, em substituição aos documentos requeridos no presente edital e/ou seus anexos.

9.14 - Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos, o Pregoeiro considerará o licitante inabilitado, exceto as microempresas ou empresas de pequeno porte na forma prevista na Lei Complementar 123/2006.

9.15 – Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgão e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, conforme estabelecido no § 4º, art. 25, do Decreto 5.450/05.

### **10 – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:**

10.1 – O **licitante que ofertar o menor preço** deverá atender aos subitens a seguir, na forma e nos prazos estabelecidos, conforme seja cadastrado ou não no SICAF.

10.1.1 - O não atendimento às exigências contidas nestas cláusulas importará na inabilitação imediata do licitante.

**10.2 – A empresa arrematante não cadastrada no SICAF deverá enviar:**

10.2.1 - no prazo de 01 (uma) hora a contar do término da sessão de lances ou, no caso de haver inabilitações/desclassificações, quando solicitado pelo pregoeiro:



## JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 63/2008

a) os documentos de habilitação constantes dos subitens 9.5 a 9.8, via fax, para os números (31) 3238-7807 ou 32387808, podendo, ainda, ser inseridos eletronicamente no campo "DOCUMENTOS", que será disponibilizado aos fornecedores depois de encerrada a disputa.

b) as declarações dos Anexos I e II, se for o caso, deste Edital, que deverão ser inseridas eletronicamente no campo "DOCUMENTOS", que será disponibilizado aos fornecedores depois de encerrada a disputa ou, ainda, enviados por fax.

10.2.2 – No prazo de 3 (três) dias úteis deverá ser entregue na rua Curitiba, 835, 7º andar, Belo Horizonte/MG, CEP: 30170-120, em envelope lacrado, constando identificação do licitante e nº do Pregão, os documentos a seguir:

a) os documentos de habilitação, original ou por cópia autenticada, enumerados nos subitens 9.5 e 9.8 do edital, já enviados eletronicamente ou via fax.

b) as originais das declarações do anexo I e do anexo II, se for o caso.

c) proposta comercial ajustada ao lance ofertado, com as especificações completas dos serviços a serem prestados e demais dados da empresa tais como: razão social, CNPJ, Inscrição estadual, endereço, telefone, fax, nome e número do banco e agência onde mantém conta, número da conta bancária da empresa e praça de pagamento, nome e nº do CPF do representante – para fins de assinatura do contrato.

d) Em se tratando de representante apresentar procuração por instrumento público ou particular e a comprovação de que os poderes outorgados foram concedidos por quem de direito.

**10.3 – A empresa arrematante cadastrada no SICAF deverá apresentar os documentos na forma e nos prazos estabelecidos nos subitens abaixo.**

10.3.1 - No prazo máximo de **1 (uma) hora** do término da sessão de lances (e no caso de inabilitações/desclassificações, quando solicitado pelo pregoeiro), enviar eletronicamente as declarações dos **Anexos I e II**, se for o caso, que **deverão ser inseridas no campo "DOCUMENTOS"**, que será disponibilizado aos fornecedores depois de encerrada a disputa, assim como o **atestado de capacidade técnica, subitem 9.7**. Os documentos poderão ser encaminhados via fax para os números (31) 3238-7807 ou 3238-7808.

10.3.2 - No prazo máximo de **3 (três) dias úteis**, o licitante que ofertar o menor preço, deverá entregar na rua Curitiba, 835, 7º andar, Belo Horizonte/MG, CEP: 30170-120, em envelope lacrado, constando identificação do licitante e nº do Pregão, os seguintes documentos:

a) proposta comercial ajustada ao lance ofertado, com a especificação completa dos serviços a serem prestados e demais dados da empresa tais como: razão social, CNPJ, Inscrição estadual, endereço, telefone, fax, nome e número do banco e agência onde mantém conta, número da conta bancária da empresa e praça de pagamento, nome e nº do CPF do representante, para fins de assinatura do contrato.

b) **Ato constitutivo da empresa, estatuto ou contrato social em vigor**, (sociedade por ações deverá apresentar documento de eleição de seus administradores), com objeto compatível ao desta licitação e/ou alterações contratuais pertinentes, em original ou cópia autenticada, para identificação do(s) sócio(s) administrador(es).





## JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 63/2008

- Em se tratando de representante apresentar procuração por instrumento público ou particular e a comprovação de que os poderes outorgados foram concedidos por quem de direito.

c) Atestado (s) de capacidade técnica, original ou cópia autenticada, conforme subitem 9.7 do edital.

d) as originais das declarações do anexo I e do anexo II, se for o caso.

### **11 – DO JULGAMENTO DA PROPOSTA**

11.1 – Para julgamento da proposta, será considerada vencedora aquela que, estando de acordo com as especificações exigidas neste certame, ofertar o **MENOR PREÇO** global, para prestação dos serviços elencados neste edital e seus anexos.

11.2 - O Sistema Eletrônico não aceitará desistência dos lances ofertados.

11.3 - Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

11.4 - No caso de o arrematante não se enquadrar como ME ou EPP e existir na disputa beneficiários da LC nº 123/06 cujos preços forem até 5% superior ao melhor ofertado, proceder-se-á da seguinte forma:

a) O sistema identificará a existência da situação de empate informando o nome da empresa. O pregoeiro convocará a ME ou EPP mais bem classificada para apresentar uma nova proposta, inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 5 minutos.

b) O prazo acima é decadencial, não havendo manifestação da empresa convocada o sistema verificará se há outra em situação de empate, realizando o chamado de forma automática, para exercício do mesmo direito.

c) As microempresas e as empresas de pequeno porte, deverão se enquadrar nas condições estabelecidas no Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e declarar, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como ME ou EPP, estando aptas a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 daquela LC 123/06.

d) A identificação do segmento da empresa (micro-empresa, empresa de pequeno porte, cooperativa ou outras empresas), deverá ser feita, pelo representante da licitante, no momento de inserção da proposta no sistema eletrônico, conforme subitem 7.1.

11.4.1 - A convocação e a apresentação das propostas referidas acima ocorrerão na sala de disputa, estando estas informações disponíveis para os demais participantes do pregão e para toda a sociedade.

11.5 - Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências de habilitação, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, podendo negociar com o licitante para obter proposta melhor.

11.6 - Sendo aceitável a proposta de menor preço, será conferida a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições de habilitação.



## JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 63/2008

11.7 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado à ME ou EPP o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação.

11.7.1 - A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em Lei e no Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes.

11.8 – Na hipótese da não-contratação nos termos previstos na LC 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

11.9 - Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.

11.10 - O pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências que julgue necessárias à análise das propostas e da documentação, cabendo aos licitantes atenderem às solicitações no prazo estipulado e fixado na convocação.

11.11 – A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

11.12 – Serão desclassificadas as propostas que não estiverem de acordo com as condições previstas neste Pregão, bem como as que se manifestarem inexequíveis, nos termos do art. 48, II, e § 1º da Lei 8.666/93.

### **12 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E INÍCIO DO SERVIÇOS.**

12.1 Os serviços deverão ser executados de segunda à sexta-feira, no horário de 8:00 às 18:00 horas.

12.2 Será de 120 dias o prazo final para entrega do levantamento do inventário de todas as unidades administrativa e Judicial, dividido em 04 etapas.

- Cada etapa deverá ser realizada no prazo máximo de 30 dias, correspondendo a, no mínimo, 25% de unidades cujos materiais permanentes deverão ser conferidos

12.3 Os trabalhos deverão ser executados sem prejuízo das atividades exercidas pelos servidores do Tribunal.

### **13 – DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE**

13.1 - Será declarado vencedor do procedimento licitatório o licitante que apresentar a proposta de menor valor ou ofertar o menor preço para o conjunto dos serviços contratados, desde que o serviço cotado atenda as especificações exigidas e esteja dentro do limite do valor de referência estimado.

### **14 - DA NOTA DE EMPENHO E DO CONTRATO**

14.1 – Fica o licitante vencedor convocado a retirar a Nota de Empenho respectiva, à rua Curitiba, 835, 7º andar, em até 03 (três) dias úteis a contar da notificação de sua liberação, que será comunicada, pela Equipe de Apoio, à empresa adjudicatária.

14.2 – Fica o licitante vencedor convocado a assinar o termo contratual, na Rua Desembargador Drumond, nº 41, 12º andar, Bairro Serra BH/MG, no prazo de 02 (dois) dias úteis da data do recebimento da respectiva Nota de Empenho, em conformidade com o disposto no art. 64, da Lei nº 8.666/93.

14.3 - Se, quando da emissão da Nota de Empenho, os documentos comprobatórios de situação regular junto ao INSS e ao FGTS, apresentados em atendimento às exigências de



## JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 63/2008

habilitação, estiverem com a validade expirada, a empresa deverá providenciar a regularização dos referidos documentos.

### **15 – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL, DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS**

15.1 - Até dois dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão.

15.1.1 - Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a petição no prazo de até vinte e quatro horas.

15.1.2 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

15.2 – Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via Internet, no endereço indicado no edital.

15.3 - Declarado o vencedor, qualquer licitante, durante a sessão pública, poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, no prazo estabelecido no subitem 14.5, sendo que o encaminhamento de memorial e de eventuais contra-razões, pelos demais licitantes, serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios, no prazo máximo de 3 (três) dias.

15.4 – A sessão pública compreende, sucessivamente, a abertura de propostas, a etapa de lances e a declaração do vencedor.

15.4.1 – A declaração do vencedor compreende a análise da proposta e amostra, se for o caso, e o julgamento de habilitação, de acordo com as exigências previstas neste Edital.

15.5 – Encerrada a etapa de lances, os licitantes deverão consultar regularmente o sistema para verificar se foi declarado o vencedor e se está liberada a opção para interposição de recurso. A partir da liberação, os licitantes terão 24 (vinte e quatro) horas para manifestar a intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

15.6 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo pregoeiro ao vencedor.

15.7 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.8 - Se não reconsiderar sua decisão, o pregoeiro submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração da autoridade competente, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.

### **16 – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

16.1 – É de inteira responsabilidade dos licitantes a observação à qualidade e especificações dos serviços e condições constantes do edital, de forma a serem atendidos integralmente.

16.1.1 – Se, quando do recebimento dos serviços licitados, ficar constatado o não atendimento às especificações do edital ou em desacordo aos serviços solicitados, a empresa fica obrigada a regularizar os serviços prestados observando as especificações constantes no edital e na solicitação.



## JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 63/2008

16.2.1 – Os endereços das Secretarias de Foro, Varas do Trabalho e Turma Recursal estão disponíveis no sítio do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região – [www.trt3.jus.br](http://www.trt3.jus.br). Havendo mudança de endereço o Contratado se obriga a efetuar os serviços no endereço atual.

16.4 – No caso de inadimplência do licitante (entrega dos serviços com especificações diferentes ao ofertado ou com imperfeições e falhas), considerar-se-á o recebimento após a prestação total dos serviços tais como contratados.

### **17 – FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO**

17.1 – A presente contratação será gerenciada e fiscalizada pela Diretoria da Secretaria de Coordenação Administrativa e Diretoria da Secretaria de Material e Patrimônio.

17.2 - O exercício da fiscalização pelo CONTRATANTE, não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA.

### **18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

18.1 - O Contratante somente deverá receber os serviços que atendam as especificações exigidas e o preço ofertado e efetuar o pagamento dentro do prazo pactuado.

18.2 - O Contratante deverá liberar acesso dos empregados do Contratado às dependências onde serão executados os trabalhos bem como prestar as informações que se fizer necessárias.

18.3 – A Contratante deverá fornecer atestados de capacidade técnica, quando solicitado pela CONTRATADA, desde que atendidas as obrigações contratuais.

18.4 – A Contratante deverá disponibilizar para a Contratada arquivo em txt. (texto) relacionando as Unidades do TRT e o respectivo material a ser inventariado para posterior atualização.

### **19 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

19.1 - A Contratada deverá prestar os serviços conforme especificações contidas neste edital e valores pactuados.

19.2 – A Contratada se obriga a manter durante toda a vigência do contrato as condições de habilitação consignadas no edital.

19.3 - Os empregados do Contratado deverão estar uniformizados e com documento que os identifique como tal.

19.4 - A Contratada se obriga, durante toda a vigência do contrato, a informar a este Regional qualquer contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região.

19.5 – A Contratada deverá disponibilizar arquivo em txt. (texto) da relação atualizada dos materiais permanentes conferidos para atualização do sistema do TRT.

### **20 – DO PAGAMENTO**

20.1 – Os pagamentos serão creditados em nome da contratada, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Edital.



## JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 63/2008

20.1.1 – Os pagamentos, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, serão realizados desde que a contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

20.2 – Pagamento será efetuado no prazo de 10 dias após a prestação dos serviços referentes a cada etapa, desde que a execução mínima esteja concluída. A Nota Fiscal, deverá estar atestada pela fiscalização do Tribunal

20.3 – O adimplemento da obrigação será em reais.

20.4 – Considerar-se-á como data de pagamento o dia da emissão da ordem bancária.

20.5 – Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos comprobatórios de situação regular junto ao INSS e ao FGTS, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com a validade expirada, o CONTRATADO será notificado pela Diretoria da Secretaria de Assuntos Orçamentário e Contábil para regularizar a documentação, ou indicar o fato impeditivo do cumprimento da obrigação, no prazo de 30 dias, sob pena de restar caracterizado o descumprimento do contrato, punível com as sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93 e no edital.

20.6 - Em caso de atraso no pagamento, a que a CONTRATADA não tenha dado causa, a CONTRATANTE, quando do respectivo pagamento, corrigirá, monetariamente, *pro rata die*, o valor devido, pelo IPCA do IBGE ou outro índice oficial que venha substituí-lo, sobre o total da parcela atrasada, após o recebimento definitivo. Incidindo sobre o valor devido juros moratórios de 1% ao mês, *pro rata die*.

### **21 – DAS SANÇÕES**

21.1- Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta ou da Ata de Registro de Preços, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital, no contrato e demais cominações legais.

21.2 – Garantida ampla e prévia defesa, nos termos do art. 87, da Lei 8.666/93, à CONTRATADA poderão ser aplicadas cumulativamente as penalidades permitidas em lei e as constantes deste Instrumento, que são:

21.2.1 – multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do serviço em atraso, cabível nos casos de atraso injustificado de até 60 (sessenta) dias no cumprimento dos prazos previstos neste edital para os compromissos assumidos;

21.2.2 – multa por inexecução contratual parcial de 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor total do contrato, a ser aplicada no atraso injustificado superior a 60 (sessenta dias), em substituição à penalidade prevista no subitem acima;

21.2.3 – multa por inexecução contratual parcial, até o máximo de 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor total contratado, conforme a gravidade da infração, cabível nas demais hipóteses de inexecução contratual, excetuada a mora.



**JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO 63/2008

21.2.4 – multa por inexecução contratual total de até 30% (trinta por cento) calculada sobre o valor total contratado cabível na rescisão contratual por culpa da CONTRATADA.

21.3 – As penalidades pecuniárias descritas neste edital poderão ser descontadas dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, conforme permissibilidade contida na Lei 8.666/93.

21.4 – Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados contemporaneamente à ocorrência do fato impeditivo do cumprimento da obrigação e indevidamente fundamentados, ficando a critério do Contratante a aceitação das justificativas apresentadas.

21.5 – Não havendo prejuízo para o CONTRATANTE, as penalidades pecuniárias referidas neste item poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério.

**22- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

22.1 - Conforme art. 3º da resolução nº 7, de 18/10/2005, modificado pela resolução nº 9, de 06/12/2005, do Conselho Nacional de Justiça, é vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região.

22.2 - Esta licitação poderá ser revogada sem que caiba indenização aos licitantes, em consequência da revogação, consoante previsão contida no art. 49 da Lei 8.666/93.

22.3 - Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.4 - Este Edital será afixado no quadro de aviso da Diretoria da Secretaria de Material e Patrimônio na Rua Curitiba 835, 7º andar, em Belo Horizonte e disponibilizado, para cópia, no mesmo endereço e nos sites: [www.trt3.jus.br](http://www.trt3.jus.br) e [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

22.5 - Para fins judiciais, fica eleito o Foro da Justiça Federal em Belo Horizonte.

22.6 - Aos casos omissos, aplicar-se-ão as demais disposições constantes do Decreto nº 5.450/05, Lei 8.666/93 e demais legislação pertinente.

22.7 - Fazem parte integrante deste edital os anexos I a III e a minuta contratual.

Belo Horizonte, 19 de novembro de 2008.

**CLÁUDIA SAMPAIO GONÇALVES**  
Pregoeira

**WALTER DE DEUS LOPES**  
Coordenador

**ANALISADO E APROVADO PELA ASSESSORIA**

**JURÍDICA**



**JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO 63/2008

**ANEXO I**

**DECLARAÇÃO**

**REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2008**

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no inc. V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/99, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

\_\_\_\_\_  
(data)

\_\_\_\_\_  
(representante legal)

(observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.)

**ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER INSERIDA ELETRONICAMENTE, PELA EMPRESA ARREMATANTE, NO CAMPO “DOCUMENTOS”, QUE SERÁ DISPONIBILIZADO AOS FORNECEDORES, DEPOIS DE ENCERRADA A DISPUTA.**

**ORIENTAÇÃO PARA INCLUSÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS  
Acesso Identificado > Suas Propostas > Disputa Encerrada – “DOCUMENTOS”**



**JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO 63/2008

**ANEXO II**

**REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2008**

**DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

A empresa \_\_\_\_\_  
declara, sob as penalidades da Lei, que cumpre os requisitos legais para a  
qualificação como \_\_\_\_\_ (Micro-Empresa ou Empresa de  
Pequeno Porte), na forma da Lei Complementar 123, de 14/12/2006 e do Decreto nº  
6.204 de 05/09/2007, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido  
nos arts. 42 a 49 daquela Lei Complementar.

---

(local e data)

---

(representante legal)

**ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER INSERIDA ELETRONICAMENTE, PELA  
EMPRESA ARREMATANTE, NO CAMPO “DOCUMENTOS”, QUE SERÁ  
DISPONIBILIZADO AOS FORNECEDORES, DEPOIS DE ENCERRADA A  
DISPUTA.**

**ORIENTAÇÃO PARA INCLUSÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS  
Acesso Identificado > Suas Propostas > Disputa Encerrada – “DOCUMENTOS”**





**JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO 63/2008

**ANEXO III**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 – Objeto:**

Contratação de serviços para levantamento do inventário de bens permanentes das Unidades Administrativas e Judiciais da capital e interior do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

**2 – Especificação:**

2.1 Descrever, quantificar e identificar com plaqueta de código de barras materiais permanentes, mencionando o número de patrimônio atual e o a ser inserido, número de série e marca, quando houver. Os aparelhos de ar condicionado deverão ser identificados pelo número de patrimônio, marca, modelo, potência, estado de conservação e funcionamento e dimensões. Os equipamentos do tipo no-break, em conjunto com racho do cabeamento estruturado, deverão ser fotografados e identificados, com levantamento minucioso de suas características, ligações, instalações, com descrição da potência, dimensões, estado de conservação e funcionamento. Os equipamentos de informática, tais como CPU's, monitores de LCD, notebooks, impressoras, deverão ser relacionados com os respectivos números de patrimônio e de série.

2.1.1 – Identificar os bens permanentes com plaqueta adesiva com código de barras em alumínio anodizado de 40x13 mm e 45x15mm, independente do mesmo estar ou não identificado com plaqueta do Tribunal.

2.1.1.1 – Caso haja bens separados para doação ou leilão, não haverá necessidade de afixar plaqueta adesiva com código de barras naqueles que não possuam placa de patrimônio.

2.1.1.2 – Os bens separados para doação ou leilão deverão ser relacionados em outra planilha, independentemente da relação dos bens em uso pela unidade administrativa.

2.2 Os bens permanentes deverão ser fotografados, fotografia digitalizada, formato A 4, de forma geral. Não há necessidade de fotografar um por um.

2.2 A fachada do imóvel onde estão instaladas as Unidades do TRT deverão ser fotografadas de forma digitalizada.

2.3 Deverá ser apresentado relatório, com planilha, por Unidade Administrativa, relacionando todo o material conferido e fotos digitalizadas, bem como termo de responsabilidade assinado pelo Assessor, CHEFE DE GABINETE, Secretário ou Diretor responsável.

2.4 Após assinatura do termo de responsabilidade, os relatórios de cada Unidade, deverão ser encaminhados à Diretoria da Secretaria de Material e Patrimônio ou à Diretoria da Secretaria de Sistemas Administrativos e Financeiros, conforme definição do gerenciador do contrato, no formato em txt. no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, para início dos trabalhos de atualização do inventário pelas diretorias mencionadas.



## JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 63/2008

2.5 O Tribunal disponibilizará dados referentes aos bens cadastrados no Sistema de Patrimônio, conforme lay-out a ser definido pela empresa que vier a ser contratada, desde que os dados solicitados estejam digitados na base de dados desse órgão.

2.6 Ao final dos trabalhos a Contratada deverá fornecer arquivo texto para inserção de dados em nosso sistema, de acordo com lay-out a ser definido pela Diretoria de Sistemas Administrativos e Financeiros – DSSAF.

2.7 Constatadas inconsistências caberá à contratada, sem ônus para este Regional, refazer os procedimentos necessários para ajuste das mesmas.

### **3 – Prazo de execução:**

3.1 Os serviços deverão ser executados de segunda à sexta-feira, no horário de 8:00 às 18:00 horas.

3.2 Será de até 120 dias corridos o prazo final para entrega do levantamento do inventário de todas as unidades administrativas.

3.3 Os trabalhos deverão ser executados sem prejuízo das atividades exercidas pelos servidores do Tribunal.

**4 – Critério de aceitabilidade:** Será declarado vencedor do procedimento licitatório o licitante que apresentar a proposta de menor valor ou ofertar o menor preço global, desde que o objeto cotado atenda as especificações exigidas e esteja dentro do limite do valor de referência estimado.

4.1 No valor ofertado deverão estar inclusos todas as despesas necessárias para realização dos trabalhos, ou seja, impostos, seguro, despesas com deslocamentos, diárias, refeições, acomodações, plaquetas de patrimônio, etc...

### **5 – Deveres do Contratante e do Contratado:**

5.1 O Contratante somente deverá receber os serviços que atendam as especificações exigidas e o preço ofertado e efetuar o pagamento dentro do prazo pactuado.

5.2 O Contratante deverá liberar acesso dos empregados do Contratado às dependências onde serão executados os trabalhos bem como prestar as informações que se fizer necessárias.

5.3 O Contratado deverá prestar os serviços conforme exigido e no prazo estipulado.

5.4 Os empregados do Contratado deverão estar uniformizados e com documento que os identifique como tal.

**6 – Fiscalização e gerenciamento:** A presente contratação será gerenciada e fiscalizada pela Diretoria da Secretaria de Material e Patrimônio e pela Diretoria da Secretaria de Coordenação Administrativa, deste Tribunal.

### **7 – Da entrega, recebimento dos serviços e pagamento.**

7.1 – Após a execução dos serviços (recebimento provisório), iniciar-se-á o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para a verificação da prestação dos mesmos, quando então se dará o RECEBIMENTO DEFINITIVO.



## JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 63/2008

7.2 – No caso de inadimplência do licitante (entrega dos serviços diferentes ao ofertado, com imperfeições ou quantidades inferiores ao adjudicado, etc.) considerar-se-á o recebimento após a composição total dos trabalhos tais como ofertados.

7.3 – Pagamento será efetuado no prazo de 10 dias após a prestação dos serviços.

### **8 - Sanções:**

8.1 - Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital, no contrato e demais cominações legais.

8.2 - Garantida ampla e prévia defesa, nos termos do art. 87, da Lei 8.666/93, à CONTRATADA poderão ser aplicadas cumulativamente as penalidades permitidas em lei e as constantes deste Instrumento, que são:

8.2.1 - multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do serviço em atraso, cabível nos casos de atraso injustificado de até 60 (sessenta) dias no cumprimento dos prazos previstos neste edital para os compromissos assumidos;

8.2.2 - multa por inexecução contratual parcial de 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor total do contrato, a ser aplicada no atraso injustificado superior a 60 (sessenta dias), em substituição à penalidade prevista na alínea “a” deste subitem;

8.2.3. - multa por inexecução contratual parcial, até o máximo de 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor total contratado, conforme a gravidade da infração, cabível nas demais hipóteses de inexecução contratual, excetuada a mora.

8.2.4 - multa por inexecução contratual total de até 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor total contratado cabível na rescisão contratual por culpa da CONTRATADA.

8.3 - As penalidades pecuniárias descritas neste edital poderão ser descontadas dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, conforme permissibilidade contida na Lei 8.666/93.

8.4 - Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados contemporaneamente à ocorrência do fato impeditivo do cumprimento da obrigação e indevidamente fundamentados, ficando a critério do Contratante a aceitação das justificativas apresentadas.

8.5 - Não havendo prejuízo para o CONTRATANTE, as penalidades pecuniárias referidas neste item poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério.



**JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO 63/2008

**9. – Valor estimado: R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais) base em orçamentos coletados no mercado, incluindo todas despesas necessárias para realização dos serviços.**

**10. – Localidades e quantitativo estimado de materiais permanentes.**

LOCALIDADES ONDE EXISTEM FÓRUNS DA JUSTIÇA DO TRABALHO EM MINAS GERAIS E DISTÂNCIA RODOVIÁRIA, A PARTIR DE BELO HORIZONTE.

CIDADE	KM	MOBILIÁRIO	CIDADE	KM	MOBILIÁRIO
AIMORÉS	485	310	MATOZINHOS	45	210
ALFENAS	380	240	MONTE AZUL	675	290
ALMENARA	735	210	MONTES CLAROS 1ª VARA 2ª VARA 3ª VARA SEC. DO FORO	420	210 220 240 280
ARAÇUAI	600	220	MURIAÉ	385	320
ARAGUARI	570	280	NANUQUE	615	220
ARAXÁ	375	290	NOVA LIMA	25	400
BARBACENA 1ª VARA 2ª VARA SEC. DO FORO	170	270 170 90	OURO PRETO	95	360
BETIM 1ª VARA 2ª VARA 3ª VARA 4ª VARA 5ª VARA SEC. DO FORO	30	290 270 280 260 220 280	PARACATU	490	230
BOM DESPACHO	175	280	PARÁ DE MINAS	90	240
CARATINGA	310	300	PASSOS 1ª VARA 2ª VARA SEC. DO FORO	355	200 250 170
CATAGUASES	295	380	PATOS DE MINAS	415	320
CAXAMBU	370	280	PATROCÍNIO	430	310
CONGONHAS 1ª VARA 2ª VARA SEC. DO FORO	85	150 180 170	PEDRO LEOPOLDO	35	230
CONS. LAFAIETE	95	350	PIRAPORA	340	430
CONTAGEM 1ª VARA 2ª VARA	15	250	POÇOS DE CALDAS 1ª VARA 2ª VARA	450	290 210



**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO 63/2008

3ª VARA 4ª VARA 5ª VARA SEC. FORO		260 260 270 220 260	SEC. DO FORO		70
CEL. FABRICIANO 1ª VARA 2ª VARA 3ª VARA 4ª VARA SEC. FORO	<b>210</b>	220 190 240 210 260	PONTE NOVA	<b>195</b>	340
CURVELO	<b>165</b>	300	POUSO ALEGRE 1ª VARA 2ª VARA SEC. DO FORO	<b>400</b>	220 250 210
DIAMANTINA	<b>285</b>	220	RIBEIRÃO DAS NEVES	30	270
DIVINÓPOLIS 1ª VARA 2ª VARA SEC. DO FORO	<b>125</b>	260 240 220	SABARÁ	25	330
FORMIGA	<b>200</b>	420	SANTA LUZIA	30	300
GOV. VALADARES 1ª VARA 2ª VARA 3ª VARA SEC. DO FORO	<b>325</b>	340 390 270 190	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	<b>390</b>	180
GUANHÃES	<b>240</b>	280	SÃO JOÃO DEL REI	<b>200</b>	360
GUAXUPÉ	<b>435</b>	340	SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO	<b>390</b>	290
ITABIRA	<b>100</b>	440	SETE LAGOAS 1ª VARA 2ª VARA SEC. DO FORO	<b>70</b>	220 280 290
ITAJUBÁ	<b>420</b>	360	TEÓFILO OTONI	<b>450</b>	410
ITAÚNA	<b>80</b>	320	TRÊS CORAÇÕES	<b>290</b>	350
ITUIUTABA POSTO AVANÇA DE ITURAMA	<b>690</b> <b>700</b>	310 30	UBÁ	<b>295</b>	320
JANUÁRIA	<b>615</b>	220	UBERABA 1ª VARA 2ª VARA 3ª VARA SEC. DO FORO	<b>495</b>	280 320 240 390
JOÃO MONLEVADE 1ª VARA 2ª VARA SEC. DO FORO	<b>110</b>	210 200 200	UBERLÂNDIA 1ª VARA 2ª VARA 3ª VARA 4ª VARA 5ª VARA SEC. DO FORO	<b>555</b>	220 220 190 200 190 320
JUIZ DE FORA	<b>280</b>	300	UNAÍ	<b>585</b>	



**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO 63/2008

1ª VARA		270			
2ª VARA		330			
3ª VARA		290			
4ª VARA		270			260
5ª VARA		950			
SEC. DO FORO		130			
TURMA RECURSAL		70			
GAB. DR. HERIBERTO		50			
GAB. DR. JORGE BERG					
LAVRAS	<b>235</b>	400	VARGINHA	<b>315</b>	290
			1ª VARA		90
			2ª VARA		130
			SEC DO FORO		
MANHUAÇU	<b>280</b>	280			

<b>LOCALIDADES EM BELO HORIZONTE</b>	<b>QUANTIDADE DE MATERIAIS</b>
<p><b>UNIDADES DO TRT EM BELO HORIZONTE NOS SEGUINTE ENDEREÇOS:</b></p> <p>1) PRÉDIO DA AV. GETÚLIO VARGAS, 225</p> <p>2) PRÉDIO DA AV. GETÚLIO VARGAS, 265 – ANEXO</p> <p>3) PRÉDIO DA AV. GETÚLIO VARGAS, 447 – ED. EDISA MARIA – ANEXO II</p> <p>4) FÓRUM DA R. GOITACASES, 1.475 – BARRO PRETO.</p> <p>5) PRÉDIO DA R. CURITIBA, 835 – CENTRO – BH.</p> <p>6) PRÉDIO DA R. DESEMBARGADOR DRUMOND, 41 – 3º, 12º E 13º ANDARES – B. SERRA.</p> <p>7) FÓRUM DA AV. AUGUSTO DE LIMA, 1.234 – BARRO PRETO</p> <p>8) PRÉDIO DA R. MATO GROSSO, 400 – B. BARRO PRETO.</p> <p>9) PRÉDIO DA AV. PEDRO II, 4.552 – B. ALÍPIO DE MELO</p> <p>10) POSTO DE ATENDIMENTO DESCENTRALIZADO DO BARREIRO R. Flávio Marques Lisboa, 345 – Barreiro.</p> <p>11) POSTO DE ATENDIMENTO DESCENTRALIZADO DE VENDA NOVA R. PADRE PEDRO PINTO, 1.055 – VENDA NOVA.</p>	<p>TOTAL APROXIMADO DE MOBILIÁRIO EM BELO HORIZONTE</p> <p><b>33.000 (TRINTA E TRÊS MIL)</b></p>
<b>TOTAL GERAL ESTIMADA DE MATERIAL PERMANENTE</b>	<b>65.000 UNIDADES</b>



**JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO 63/2008

**OBSERVAÇÕES**

∴ 1) OS QUANTITATIVOS DE MATERIAS PERMANENTES ACIMA MENCIONADOS, APROXIMADAMENTE 65.000 UNIDADES, REFEREM-SE, PRINCIPALMENTE, AOS SEGUINTE MOBILIÁRIOS:

ARQUIVO DE AÇO DE 04 GAVETAS, ARMÁRIOS DE AÇO, ARMÁRIOS DE MADEIRA ALTO E BAIXO, ESTANTES DE AÇO, MESAS DE MADEIRA, CADEIRAS E POLTRONAS GIRATÓRIAS, CADEIRAS FIXAS E POLTRONAS FIXAS, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA , VENTILADORES, CIRCULADOR DE AR, AR CONDICIONADO E NO-BREAK

2) OS MATERIAIS DEVERÃO SER CONFERIDOS, ESPECIFICADOS E PLAQUETADOS COM CÓDIGO DE BARRAS, MESMO AQUELES QUE POSSUEM PLAQUETA DE PATRIMÔNIO DO TRIBUNAL. CASO NÃO HAJA NÚMERO DE PATRIMÔNIO TAL INFORMAÇÃO DEVERÁ CONSTAR NO RELATÓRIO.

3) O AMBIENTE ONDE OS MÓVEIS SE ENCONTRAM DEVERÁ SER FOTOGRAFADO COM MAIOR AMPLITUDE POSSÍVEL PARA QUE SEJA VERIFICADA CONDIÇÕES DOS MESMOS, MUITO EMBORA TAIS INFORMAÇÕES DEVERÃO CONSTAR DE LAUDO CIRCUNSTANCIADO A SER APRESENTADO.

4) DEVERÃO SER FOTOGRAFADAS AS FACHADAS DE TODAS AS UNIDADES DO INTERIOR E DA CAPITAL.

Belo Horizonte, 03 de novembro de 2.008.

**WALTER DE DEUS LOPES**  
Diretor da Secretaria de Material e Patrimônio



**JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO 63/2008

**MINUTA CONTRATUAL REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO  
63/2008**

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA  
TERCEIRA REGIÃO E A EMPRESA .....  
PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE  
CONFERÊNCIA DE MATERIAIS  
PERMANENTES EXISTENTES NAS  
UNIDADES DESTA REGIONAL E SUA  
IDENTIFICAÇÃO COM PLAQUETAS DE  
CÓDIGO DE BARRAS**

**O TRIBUNAL REGIONAL DO  
TRABALHO DA TERCEIRA REGIÃO**, CNPJ 01.638.583/0001-41, com sede na Av. Getúlio Vargas, 225, em Belo Horizonte - MG, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Luís Paulo Garcia Faleiro, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº M-3.475.434, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais em 06 de julho de 1983, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 617.447.866-15, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG, conforme competência que lhe foi delegada pela Portaria 02 de 02 de janeiro de 2008, publicada no Jornal Minas Gerais, Diário do Judiciário, de 08 de janeiro de 2008, doravante denominado CONTRATANTE, e como CONTRATADA a empresa....., CNPJ....., estabelecida na Rua ....., neste ato representada por ....., brasileiro, ....., portador da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela Secretaria de Segurança Pública de ....., inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº ....., residente e domiciliado em ....., resolvem firmar o presente contrato, conforme o Pregão Eletrônico 063/2008, SUP 30.752/2008, regido pela Lei 10.520/02, pelo Decreto 5450/05, e pela Lei 8.666/93, legislação complementar e cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA  
DO OBJETO:**

O objeto do presente contrato consiste na prestação de serviços de conferência de materiais permanentes existentes em Unidades do CONTRATANTE na Capital e no interior do Estado de Minas Gerais bem como sua identificação através de plaquetas de código de barras, na conformidade da especificação constante do Edital de Licitação referente ao





**JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO 63/2008

Pregão Eletrônico 63/2008, que integra este Termo Contratual, com seus anexos, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais.

**Parágrafo Único:** Os endereços das Secretarias de Foro, Varas do Trabalho e Turma Recursal e Unidades desta Capital onde os serviços serão prestados são aqueles disponíveis no sítio do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região – [www.trt3.jus.br](http://www.trt3.jus.br), sendo certo que, havendo mudança de endereço de Unidades do CONTRATANTE, a CONTRATADA se obriga a efetuar os serviços no novo endereço.

**CLÁUSULA SEGUNDA  
DO REGIME DE EXECUÇÃO:**

Os serviços serão executados, em regime de empreitada por preço global, na forma deste contrato, obedecendo, integralmente, às especificações e demais elementos fornecidos pelo CONTRATANTE e integrantes da proposta da CONTRATADA, em conformidade com o Edital de Licitação referente ao Pregão Eletrônico 63/2008, que integra este Termo Contratual, com seus anexos, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais.

**CLÁUSULA TERCEIRA  
DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS**

**SERVIÇOS:**

A CONTRATADA deverá iniciar a execução dos serviços a partir da ordem de início emitida pelo setor competente do CONTRATANTE.

**Parágrafo Único:** Os serviços deverão estar concluídos no prazo máximo de 120 (cento e vinte) corridos, contados do início da execução dos serviços pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA QUARTA  
DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

Os serviços serão executados de segunda a sexta-feira, excetuando-se feriados, no horário das 08 às 18 horas, por funcionários devidamente identificados com crachá da CONTRATADA, devendo os serviços ser executados sem prejuízo das atividades exercidas pelos servidores do CONTRATANTE, compreendendo os seguintes procedimentos:

a) Descrever, quantificar e identificar com plaqueta de código de barras materiais permanentes, mencionando o número de patrimônio atual e o a ser inserido, número de série e marca, quando houver, devendo identificar os aparelhos de ar condicionado pelo número de



**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO 63/2008

patrimônio, marca, modelo, potência, estado de conservação e funcionamento e dimensões;

b) Fotografar e identificar os equipamentos do tipo no-break, em conjunto com racho do cabeamento estruturado, realizar levantamento minucioso de suas características, ligações, instalações, com descrição da potência, dimensões, estado de conservação e funcionamento;

c) Relacionar os equipamentos de informática, tais como CPU's, monitores de LCD, notebooks, impressoras, com os respectivos números de patrimônio e de série;

d) Identificar os bens permanentes com plaqueta adesiva com código de barras em alumínio anodizado de 40x13 mm e 45x15mm, independente do bem estar ou não identificado com plaqueta do CONTRATANTE;

e) Relacionar, em planilha a parte, bens separados para doação ou leilão, sem afixar plaqueta adesiva com código de barras nos bens que não possuam placa de patrimônio;

g) Fotografar a fachada de cada imóvel onde estão instaladas as Unidades do CONTRATANTE de forma digitalizada;

h) Fotografar os bens permanentes, de forma digitalizada, formato A 4, de forma geral, não havendo necessidade de fotografar individualizadamente.

**Parágrafo Primeiro:** A CONTRATADA deverá apresentar relatório, com planilha, por Unidade Administrativa, relacionando todo o material conferido e fotos digitalizadas, bem como termo de responsabilidade assinado pelo Assessor, Secretário, Chefe de Gabinete ou Diretor responsável pela respectiva Unidade.

**Parágrafo Segundo:** Após assinatura do termo de responsabilidade, os relatórios de cada Unidade, deverão ser encaminhados à Diretoria da Secretaria de Material e Patrimônio ou à Diretoria da Secretaria de Sistemas Administrativos e Financeiros, conforme definição do gerenciador do contrato, no formato ".txt", no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, para início dos trabalhos de atualização do inventário pelas diretorias mencionadas.

**Parágrafo Terceiro:** A CONTRATADA deverá ao final da execução dos serviços fornecer arquivo texto para inserção de dados no sistema do CONTRATANTE, de acordo com lay-out a ser



**JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO 63/2008

definido pela Diretoria de Sistemas Administrativos e Financeiros – DSSAF.

**CLÁUSULA QUINTA  
DO RECEBIMENTO DEFINITIVO:**

Com a entrega dos relatórios pormenorizados referentes à totalidade das unidades do CONTRATANTE, bem como o arquivo texto mencionado no Parágrafo Terceiro da Cláusula Terceira, iniciar-se-á o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para sua conferência pelos setores competentes do CONTRATANTE, quando então se dará o recebimento definitivo.

**Parágrafo Único:** Caso se constate que os serviços prestados não atendem aos requisitos constantes da especificação ou que apresentam imperfeições, os serviços somente serão considerados entregues quando todas as irregularidades forem sanadas.

**CLÁUSULA SEXTA  
DOS PREÇOS:**

Pelos serviços descritos na Cláusula Primeira o CONTRANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ .....(.....), conforme proposta apresentada para o Pregão Eletrônico 63/2008, estando nele incluídos todos os tributos, bem como quaisquer outras despesas que venham incidir sobre o objeto deste Contrato.

**Parágrafo Único:** No valor total deverão estar inclusos todas as despesas necessárias para realização dos trabalhos, ou seja, impostos, seguro, despesas com deslocamentos, diárias, refeições, acomodações, plaquetas de patrimônio, etc...

**CLÁUSULA SÉTIMA  
DO PAGAMENTO:**

O pagamento do preço contratado será feito em 4 (quatro) parcelas iguais, correspondendo cada uma delas a 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, das Unidades a serem visitadas, mediante apresentação da Nota Fiscal ou Fatura em Reais, que, atestada pela Diretoria da Secretaria de Material e Patrimônio do CONTRATANTE, será paga em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo dos serviços, mediante emissão de Ordem Bancária em favor da conta corrente ....., Agência ....., do



**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO 63/2008

Banco ....., em nome da CONTRATADA, ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras.

**Parágrafo Primeiro:** Os pagamentos, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, serão realizados desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

**Parágrafo Segundo:** Se na data do pagamento, os documentos comprobatórios de situação regular junto ao INSS e ao FGTS, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com a validade expirada, o CONTRATADO será notificado pela Diretoria da Secretaria de Assuntos Orçamentário e Contábil para regularizar a documentação, ou indicar o fato impeditivo do cumprimento da obrigação, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de restar caracterizado descumprimento do contrato, punível com as sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93.

**Parágrafo Terceiro:** Ocorrendo atraso no pagamento, por motivo a que não tiver dado causa e para o qual não tenha contribuído a CONTRATADA, o CONTRATANTE corrigirá, monetariamente, o valor devido, aplicando-se o índice IPCA/IBGE “pro rata die” sobre o total devido, a partir do 11º (décimo primeiro) dia útil após o recebimento definitivo dos bens pelo setor competente do CONTRATANTE, bem como juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, “pro rata die”.

**Parágrafo Quarto:** Considerar-se-á como data de pagamento o dia da emissão da ordem bancária.

**CLÁUSULA OITAVA**  
**DA VIGÊNCIA:**

O presente contrato vigorará da data da assinatura do contrato até a execução total dos serviços.

**CLÁUSULA NONA**  
**DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:**

As despesas com o presente contrato correrão à conta dos recursos orçamentários próprios, por meio da verba PTRES 000571-339039 e Nota de Empenho.....emitida em .....pelo CONTRATANTE.



**JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO 63/2008

**CLÁUSULA DÉCIMA  
DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

A CONTRATADA se obriga a zelar pela qualidade do serviço prestado, obrigando-se a manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação. Se, no decorrer da vigência do contrato, comprovar-se a má qualidade na prestação dos serviços, obriga-se a CONTRATADA a sanar quaisquer irregularidades detectadas pelo CONTRATANTE, sem qualquer ônus adicional.

**Parágrafo Primeiro:** A CONTRATADA deverá responder pelas obrigações, encargos trabalhistas, seguro de acidentes, tributos e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados, não havendo qualquer vínculo empregatício com o CONTRATANTE.

**Parágrafo Segundo:** A CONTRATADA responderá, ainda, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, sem prejuízo de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

**Parágrafo Terceiro:** A CONTRATADA se obriga, durante toda a vigência do contrato, a informar ao CONTRATANTE qualquer contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA  
DAS OBRIGAÇÕES DO**

**CONTRATANTE:**

O CONTRATANTE deverá proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços, permitindo o acesso dos funcionários da CONTRATADA às dependências do CONTRATANTE, observadas as normas institucionais de segurança, bem como fornecer informações que se fizerem necessárias.

**Parágrafo Único:** O CONTRATANTE deverá disponibilizar para a CONTRATADA arquivo em txt. (texto) relacionando as Unidades e o respectivo material a ser inventariado para posterior utilização pelo CONTRATANTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA  
DAS PENALIDADES:**



**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO 63/2008

Garantida ampla e prévia defesa, nos termos do art. 87 da Lei 8.666/93, à CONTRATADA poderão ser aplicadas cumulativamente as penalidades permitidas em lei e as constantes deste Instrumento, que são:

- a) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do serviço em atraso, cabível nos casos de atraso injustificado de até 60 (sessenta) dias no cumprimento de prazos previstos neste contrato para compromissos assumidos;
- b) multa por inexecução contratual parcial de 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor total do contrato, a ser aplicada no atraso injustificado superior a 60 (sessenta dias), em substituição à penalidade prevista na alínea "a" desta Cláusula;
- c) multa por inexecução contratual parcial, até o máximo de 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor total do contrato, conforme a gravidade da infração, cabível nas demais hipóteses de inexecução contratual, excetuada a mora.
- d) multa por inexecução contratual total de até 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor total do contrato, cabível na rescisão contratual por culpa da CONTRATADA.

e)

**Parágrafo Primeiro:** As penalidades pecuniárias descritas nesta cláusula poderão ser descontadas dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, conforme permissibilidade contida na Lei 8.666/93.

**Parágrafo Segundo:** Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados contemporaneamente à ocorrência do fato impeditivo do cumprimento da obrigação e indevidamente fundamentados, ficando a critério do CONTRATANTE a aceitação das justificativas apresentadas.



**JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO 63/2008

**Parágrafo Terceiro:** Não havendo prejuízo para o CONTRATANTE, as penalidades pecuniárias referidas nesta Cláusula poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA  
DA FISCALIZAÇÃO:**

A execução dos serviços, objeto deste contrato, será fiscalizada nos termos do Art. 67, da Lei 8.666/93, pelo Diretor da Secretaria de Coordenação Administrativa e pelo Diretor da Secretaria de Material e Patrimônio do CONTRATANTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA  
DA RESCISÃO:**

Na conveniência do CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido antes de seu término, sem qualquer outra responsabilidade, devendo, para tanto, ser notificada a CONTRATADA com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ressalvados os compromissos assumidos.

**Parágrafo Único:** A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, na forma do Art. 77, da Lei 8.666/93, constituindo motivo para rescisão aqueles previstos no Art. 78 do mesmo diploma legal.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA  
DO FORO:**

Fica eleito o Foro da Justiça Federal nesta Capital, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato.

Para constar, e como prova deste ajuste, foi lavrado o presente que, depois de lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes, extraindo-se cópias necessárias para documento e controle, fazendo-se publicar no Diário Oficial da União.

Belo Horizonte,

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO  
DA TERCEIRA REGIÃO**

Luís Paulo Garcia Faleiro  
Diretor-Geral

Examinada e aprovada.



**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO 63/2008

Em 25 de novembro de 2008.

**ANTÔNIO DE SOUZA PONTES FILHO**  
Assessor Jurídico  
Portaria 049/01  
[CR/minutas/mpre6308]